



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL VANDA MONTEIRO

PROJETO DE LEI Nº _____, de 2024.

Dispõe sobre a regularização e
fiscalização dos apicultores e
meliponicultores no Estado do
Tocantins.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º A presente lei estabelece que não será exigido do apicultor e do meliponicultor, a comprovação de propriedade rural ou contrato de arrendamento, para cadastro nos entes públicos, regularização da atividade ou exercício regular de seu ofício.

§1º. Entende-se por apicultor a pessoa que, em abrigos apropriados, promove a criação de abelhas-com-ferrão exóticas (*Apis Mellifera*) com o objetivo de produzir mel, própolis, geleia real, pólen e cera de abelha.

§2º. Entende-se por meliponicultor a pessoa que, em abrigos apropriados, mantém abelhas-sem-ferrão, objetivando a preservação do meio ambiente, a conservação das espécies e a utilização delas, de forma sustentável, na polinização das plantas e na produção de mel, de pólen e de própolis, para consumo próprio ou para comércio.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL VANDA MONTEIRO

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa melhor regulamentar a atividade da apicultura no Estado do Tocantins, com a expressa disposição legal de que o produtor não tem obrigação de possuir propriedade rural em seu nome ou contrato de arrendamento, para exercer a atividade rural.

Segundo informado, a ADAPEC - Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins, exige dos apicultores o cadastro dos apiários; e, para tanto, obrigatoriamente precisam apresentar escritura ou contrato de arrendamento. Ocorre que, em regra, cerca de 90% dos apicultores e meliponicultores tocaninenses utilizam de áreas de preservação permanente de áreas rurais, de propriedade de terceiros, para o cultivo das abelhas de mel. Portanto, não há nexo em exigir desse pequeno produtor, que muito agrega ao meio ambiente, e a todo ecossistema rural, que ele compre uma área rural para poder produzir e comercializar produtos e subprodutos da apicultura.

A exigência de comprovação através de escritura ou contrato de arrendamento impossibilita o cadastro dos apiários, e como consequência gera grande insatisfação, além de impedir o direito constitucional desses pequenos agricultores à liberdade econômica e à produção rural, indo em total desconformidade com a intenção do legislador constituinte de manter o homem no campo.

Comprovadamente o governo do estado do Tocantins tem um olhar especial nesse sentido, visto a recente publicação da Lei nº 4.524/2024, que institui a Política Estadual de Incentivo à Apicultura para estimular o desenvolvimento da atividade apícola no Estado, reforçando o compromisso com a preservação do meio ambiente, o fortalecimento da economia local e a geração de emprego e renda para os pequenos produtores.

Reforçando a importância dos apicultores e meliponicultores, apresentamos o presente Projeto de Lei ressaltando a necessidade de adequação da legislação ao caso concreto, e, para aprovação, conto com o apoio dos senhores deputados.

Vanda Monteiro
Deputada Estadual